

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo I – COISA JULGADA E SEGURANÇA JURÍDICA	27
1.1 Coisa julgada – conceito	27
1.2 Coisa julgada – aspectos históricos.....	32
1.3 Fim do processo	34
1.4 As ações e as sentenças.....	36
1.5 Segurança jurídica.....	38
1.6 Coisa julgada administrativa.....	40
1.7 Jurisdição, direito e coisa julgada	42
1.8 Tutela constitucional da coisa julgada	42
1.9 A autoridade da coisa julgada	47
1.10 Coisa julgada total e parcial	48
1.11 Direito comparado	49
Capítulo II – COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL	55
2.1 Conceito de coisa julgada formal	55
2.2 Estabilidade da decisão no processo	57
2.3 Coisa julgada formal como imutabilidade da decisão dentro do mesmo processo	58
2.4 Diferença entre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	59
2.5 Julgamento de mérito ou resolução de mérito – diferença	60
2.6 Coisa julgada como qualidade da sentença	62
2.7 Conceito de coisa julgada material	64
2.8 Justificações de ordem política e jurídica da coisa julgada material.....	66



2.9	Coisa julgada material e extinção do direito de discutir a matéria preclusa.....	70
2.10	Exceções da coisa julgada	71

Capítulo III – LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA COISA JULGADA

3.1	Limites da sentença	73
3.2	Sentença certa	75
3.3	A sentença e a autoridade de coisa julgada.....	76
3.4	Posição doutrinária controvertida	77
3.5	Coisa julgada: efeitos em questões já decididas	79
3.6	Limites de atuação da sentença.....	80
3.7	Elementos constitutivos da sentença e da coisa julgada	80
3.8	Eficácia da coisa julgada	84
3.9	Natureza e extensão da sentença.....	84
3.10	Jurisdição e competência da coisa julgada.....	86
3.11	Requisitos da sentença e seus limites subjetivos	87
3.12	Pessoas afetadas pela autoridade da coisa julgada.....	88
3.13	Sentenças determinativas e a coisa julgada	91
3.14	Sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição e a coisa julgada.....	92

Capítulo IV – AÇÃO ANULATÓRIA – CONCEITO E PROCEDIMENTO

4.1	Conceito de ação anulatória.....	95
4.2	Art. 486 do CPCB.....	97
4.3	Ação de conhecimento declaratória	101
4.4	Atos rescindíveis por meio da ação anulatória	103
4.5	Ação anulatória – aspectos históricos	104
4.6	A desconstituição do ato judicial	110
4.7	Ação de conhecimento.....	113
4.8	Ação declaratória.....	114
4.9	Atos atacáveis por meio da ação declaratória (anulatória)	115
4.10	O procedimento de jurisdição voluntária.....	116
4.11	O processo de conhecimento	117



4.12	O procedimento comum ou ordinário	119
4.13	O processo de execução	120
4.14	O processo cautelar	121
4.15	O procedimento sumário	122
4.16	O procedimento dos juizados especiais.....	124
Capítulo V – AÇÃO ANULATÓRIA – CABIMENTO E EFEITOS		127
5.1	Atos das partes praticados em juízo	127
5.2	Forma dos atos processuais	130
5.3	Nulidades materiais como supedâneo para ajuizamento da ação anulatória	131
5.4	Teoria clássica das nulidades	143
5.5	Atos inexistentes	145
5.6	Atos nulos	148
5.7	Atos anuláveis.....	150
5.8	Atos Ineficazes.....	152
5.9	Efeitos da ação anulatória no processo	152
5.10	Alcance e extensão da decretação da nulidade.....	157
5.11	Nulidade e preclusão.....	161
Capítulo VI – AÇÃO ANULATÓRIA E AÇÃO RESCISÓRIA		163
6.1	Diferenças entre ação anulatória e ação rescisória.....	163
6.2	Ação rescisória: generalidades.....	164
6.3	Ação rescisória: pressupostos	166
6.4	Ação rescisória: cabimento	167
6.5	Legitimidade	174
6.6	Petição inicial.....	174
6.7	Suspensão da execução	175
6.8	Procedimento	176
6.9	Competência	176
6.10	Julgamento	177
6.11	Recursos.....	177
6.12	Prazo extintivo	177
6.13	Direito intertemporal.....	178



Capítulo VII – AÇÃO ANULATÓRIA E OUTRAS AÇÕES CONGÊNERES.....	179
7.1 Ação anulatória e ação pauliana	179
7.2 Ação anulatória de partilha	186
7.3 Ação anulatória de confissão	188
7.4 Ação anulatória e embargos à execução	190
7.5 Ação anulatória e ação negativa de paternidade	195
7.6 Ação anulatória de título executivo	204
7.7 Ação anulatória e mandado de segurança	209
Capítulo VIII – AÇÃO ANULATÓRIA – CASUÍSTICA.....	219
8.1 Fungibilidade entre ação anulatória e ação rescisória.....	219
8.2 Ação anulatória no processo de execução	221
8.3 Declaração da nulidade de título executivo extrajudicial	229
8.4 Anulação da partilha	233
8.5 Anulação da confissão	235
8.6 Anulação de paternidade	238
8.7 Ação anulatória na Justiça do trabalho	243
8.8 Ação anulatória e arbitragem.....	246
8.9 Ação anulatória na justiça eleitoral.....	253
8.10 Ação anulatória e atos administrativos	257
CONCLUSÃO.....	261
REFERÊNCIAS.....	267
ÍNDICE ALFABÉTICO	273